

## CANUDOS: FARTURA, SECA E UMA TESE DO FILÓSOFO “MICO DE SERRINHA”

Sérgio Guerra

“Corre a notícia do “rio de leite e uma serra de cusuz”- muitas pessoas, “ uma imensidade” de gente, ia para Canudos. As pedras viravam pão e a água do rio leite. Comida não faltava, levavam os sacos de farinha feita nas próprias roças e tocavam para Canudos com carga na cabeça, tropa de burro ou jegue. Iam comer lá. “A comida era por conta do Conselheiro, o povo era assombrado – esse homem é Deus, fazer um trabalho desse, dá comida a tanta gente!”...

Mascarenhas. 1997.

Baiano quando começa a falar não para mais, muito especialmente se estiver tomando “umas” e encontrar uma platéia que, mesmo não levando à sério, ouvir e der umas boas risadas. Aí então, a festa está completa. Aliás, Fábio Paes, gosta de citar uma frase sobre o nosso feitio artístico, cuja autoria desconheço mas cuja circulação é enorme, que diz: “Baiano não nasce, estréia”.

Deste jeito, num dos eventos da “Comemoração(?) dos 100 anos (da destruição e do massacre da população!) de Canudos” - que Manoel Neto com seus cuidados e preocupações socialistas prefere chamar de “Rememoração”-, estávamos às margens do açude de Cocorobó, obra realizada para que as ruínas e os corpos dos “Mártires de Canudos”, como gosta de dizer o Pe. Enoque, fossem escondidas e esquecidas, estávamos jogando conversa fora numa roda de alguns amigos, entre intelectuais, artistas e expressões políticas de diversos segmentos sociais. Neste momento, aproveitando a descontração geral, Mico de Serrinha, irmão do citado Fábio Paes, pôs-se também a filosofar e saiu-se com uma tese que serve de pretexto para que este escrivanhador também coloque no papel algumas reflexões cultivadas nos últimos tempos de vida entre uma tentativa de ilustração acadêmica e uma militância, mais ou menos rebelde, próxima ao rebanho do Pe. Enoque e os movimentos, também mais ou menos, democráticos e populares de Canudos.

À bem da verdade, devo dizer, inicialmente, para que não o tomem afoitamente como um ignoto energúmeno do sertão, como classificá-lo-ia a tropa intelectual que segue as pisadas de Euclides da Cunha, que o nosso filósofo Mico de Serrinha é um bem situado odontólogo da cidade de São Paulo, portador de formação espiritualista e cientificista que o autoriza a conversar, com razoável fluência, sobre os temas da contemporaneidade, abrangendo desde o futebol até a globalização, passeando, naturalmente, pelas questões historiográficas. Posto isto vai aqui, finalmente, a tese que me faz sentar para escrever estas mal-informaticamente-traçadas linhas, tentando reproduzir, fielmente, tanto quanto a memória e o nível que esta publicação permite as palavras do filósofo. Assim falou Mico de Serrinha, às margens do Cocorobó:

“ - Rapaz! Conselheiro deu uma sorte disgramada! Pois nesses quintos dos infernos se o Exército não acabasse logo com a maluquice deste mundão de gente, como é que ele ia sustentar esse povo todo quando a seca chegasse? Onde ele ia arranjar comida prá tinta mil pessoas nessa seca? Rapaz! Quando chegasse a seca braba esse mundão de gente com fome ia comer até os ... de Conselheiro na brasa! Eu acho que é por isso que ele rezava tanto! Era para o Exército acabar com Canudos antes que a seca chegasse...!”.

Brincadeira à parte, esta tese revela um aspecto que tem passado despercebido nos estudos canudenses: o das condições de vida e, principalmente, de subsistência dos “belomontenses”.

Aqui, cabe um pequeno esclarecimento pois, devemos dizer que a adoção deste termo “belomontense” justifica-se por ser o derivado de “Bello Monte”, nome pelo qual os moradores do vilarejo se autodenominavam em oposição ao externo, oficial e antecedente “Canudos”, consagrado pelos registros jornalísticos, crônicas de guerra e literatura subsequente, conforme trabalho realizado em documentos dos belomontenses encontrados na “*Caderneta de Campo*” de Euclides da Cunha<sup>128</sup>.

Por outro lado, vale o registro do interdito que foi lançado, por Antônio Conselheiro, com a conseqüente maldição de queda da língua para quem utilizasse a palavra amaldiçoada, “Canudos”, conforme encontrado em entrevista com depoente descendente de combatentes de Bello Monte, recolhida por Antônio Olavo e na posse dos arquivos da “Portfolium”. Porém, como este não é o tema fundamental, aqui neste texto, passemos adiante.

O fato que nos interessa aqui, e a preocupação fundamental contida na observação do nosso “filósofo”, é que pouco se encontra nos meticolosos, quase etnográficos diríamos, textos da época e mesmo nos posteriores a respeito da alimentação dos moradores de Bello Monte e de onde provinham os alimentos desta comunidade cujo número de habitantes oscila entre cinco e vinte e cinco mil, a depender do maior ou menor entusiasmo que influencie os cálculos dos diversos autores que se dedicaram a esta problemática..

Uma possibilidade de explicação para o fato desta omissão que se apresenta, numa perspectiva conspirativista, é a de que houve um amplo cerco nos sentido de desqualificação dos moradores de Bello Monte como seres humanos normais e portadores, portanto, dos mesmos atributos das pessoas comuns, com certeza, além de rezar e se penitenciar, necessariamente, também deveriam se alimentar e para tanto produzir alimentos que, de alguma forma, fosse além dos saques, assaltos e furtos que seus detratores lhes atribuíam, mas que entretanto os registros policiais, antes da guerra de tão poucos evidenciam sua pequena ou quase nula ocorrência. Mesmo assim, permanece a idéia de que os “fanáticos” belomontenses não precisariam como qualquer pessoa civilizada produzir sua subsistência.

Entretanto, o que efetivamente se encontram são registros de pedidos de esmolas, solicitações de ajuda a proprietários da região(neste particular existe uma preciosíssima carta assinada pelo próprio Conselheiro no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia), da reclamação da evasão de mão-de-obra da região circunvizinha para Bello Monte e do seu aluguel para trabalhos de empreitada nas fazendas das redondezas..

---

<sup>128</sup> Especialmente as páginas 21,72 e 75. As notas bibliográficas encontram-se ao final do texto.

Estes registros, - bem como os relatos dos índios da região recolhidos por Lúcia Mascarenhas<sup>129</sup> que nos amostram a forma pela qual os índios Kirirís e Kaimbés produziam alimentos nas aldeias e o levavam para o arraial, - além dos hábitos alimentares de extrema frugalidade, do qual o Conselheiro era o exemplo constante, nos fornecem indícios de como se construía o padrão alimentar no Bello Monte.

Sintomático, neste aspecto, é o relato sobre o episódio da pregação dos frades sobre o jejum e o veemente repúdio dos fiéis conselheiristas a respeito do “*comer a fartar-se*”<sup>130</sup> apregoadado, registrado pelo próprios frades capuchinhos.

Por outro lado, convém salientar que, apesar das constantes e recorrentes citações e apropriações das referencias bíblicas, especialmente no que se refere a “Terra Prometida” onde os rios jorravam leite e mel, traduzidos nas expressões do linguajar belomentense pelos “rios de leite e barrancas de cúscuz”, não encontramos no amplo fabulário circulante entre esta população grandes referencias de abundância mítica, a exemplo de chuva de “Manáh” ou algo equivalente, com que alguma entidade superior ou o próprio Conselheiro providenciasse o sustento destes moradores.

Um registro bastante significativo encontramos em Lúcia Mascarenhas, no seu texto citado dos relatos de memórias dos descendentes de índios que participaram do episódio de Bello Monte, onde aparece a estória de uma “*coitézinha*”<sup>131</sup> de Conselheiro na qual eram guardadas as esmolas e contribuições dos que chegavam a localidade e de onde era inesgotavelmente retirada a alimentação para toda a população, à semelhança do que ocorria nos exemplos que fazem parte o caldeirão do ciclo arthuriano ou do milagre da multiplicação dos pães, se quisermos nos fixar no referencial bíblico.

Entretanto, cabe o registro que estes mesmos índios, no período final da guerra, registram de forma extremamente critica , a dura realidade a que estavam reduzidos pois então, em suas próprias palavras: “... *rio era sangue de povo e a serra de cuscuz era o pessoal arrumado enriba uns dos outros, foi isso que aconteceu...*”<sup>132</sup> Compare-se este depoimento com a citação inicial.

Do ponto de vista mais documental o historiógrafo José Carlos Pinheiro, colega no Centro de Estudos Euclides da Cunha, dispõe de registros de percentuais estipulados para contribuições àqueles que chegavam a Bello Monte, entregavam uma parcela ao Conselheiro e ficavam em seu poder com parte dos bens que dispunham, tudo isto localizado nos arquivos daquela instituição.

Observamos ainda nos registros dos cronistas presente à época na região do conflito inúmeros registros das péssimas condições de alimentação e das dificuldades para se conseguir água potável e das verdadeiras batalhas travadas em torno de comboios de alimentos ou até durante a invasão da cidadela que são dramaticamente narradas pelo próprio Euclides da Cunha na sua “*Caderneta de Campo*” e em outros textos em que trata dos episódios da Guerra de Canudos.

Neste particular, destaca-se as várias citações de deserções de soldados provocadas pela fome, aliadas a ações de heroísmo e astúcias montadas pelos dois lados para surpreender

---

<sup>129</sup> - Mascarenhas. 1997.

<sup>130</sup> - Calazans. 1987. Págs. 5 e 6.

<sup>131</sup> - Pequena vasilha artesanal de barro.

<sup>132</sup> - Mascarenhas. 1997. Pág. 82.

os inimigos atraindo-os para a cilada e a morte. Aos olhos atentos do autor da “*Caderneta de Campo*” não escaparam sequer as denúncias de incompetência e da sempre presente, até hoje, corrupção e roubo envolvendo altas personalidades da República, que se iniciava.

Euclides da Cunha que pouco<sup>133</sup>, ou quase nada, esteve lá no centro da guerra, registrou e/ou construiu belas e vigorosas imagens da vida e do pensamento canudenses através de relatos e de documentos que leu e/ou ouviu (não esqueçamos que ele esteve, na qualidade de jornalista oficial comissionado no alto comando das forças deslocadas contra Canudos) como participante de interrogatórios de prisioneiros de guerra, tendo inclusive registrado na sua “*Caderneta de Campo*”<sup>134</sup> um rico exemplo do comportamento de uma prisioneira face as autoridades interrogantes bem como sua participação e impressões pessoais.

Por outro lado, nos parece de suma importância o depoimento de Honório Vilanova por se tratar de alguém que efetivamente estava lá e, na conhecida expressão de Thompson<sup>135</sup>, “... *eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não.*”. Ele tratava-se de um personagem de grande influência no arraial pois, junto com seu irmão Antônio, dirigia um armazém bastante próximo ao Conselheiro, sendo que este último é citado como um dos chefes da administração do Bello Monte.

Honório, portador de uma memória fabulosa, descreve em entrevista realizada por Nertam Macedo, cerca de 67 anos após a destruição do arraial, a vida no vilarejo indo ao extremo de citar até preços de mercadoria, que nos apontam evidências dos padrões de consumo, bem como da circulação dos produtos, resumidos na expressão: “... *tinha até rapadura do Cariri...*”<sup>136</sup>.

Nesse mesmo texto, ao relatar sua fuga para o Ceará nos fornece algumas pistas para vislumbrar caminhos percorridos pelos comerciantes com suas mercadorias por este vasto sertão, o que ainda está a merecer maiores detalhamentos no sentido de se reconstruir estes caminhos, seus alcances e limites. Torna-se necessário que se refaça, tanto quanto possível, os caminhos que possibilitaram a circulação de pessoas e, junto com elas, modos de vida, experiências e mercadorias como parte desta cultura material que aí, em Bello Monte, se construía.

Honório Vilanova destaca, tanto quanto os outros autores da época de um ou de outro lado, a frugalidade dos hábitos alimentares de Antônio Conselheiro restrito quase sempre a um punhado de farinha e um pedaço de peixe seco, o que deveria servir de exemplo a ser seguido por grande parte dos moradores e penitentes do Bello Monte.

Vale lembrar que, este autor, era comerciante e não era muito ligado aos aspectos da religiosidade, como seu irmão Antônio, pois em suas próprias palavras não era um “...*piolho de sacristia...*”. Entretanto, este aspectos de sua formação não impede que Honório Vilanova nos dê um relato em que, na feliz expressão de Williams<sup>137</sup> embarcando na “*escada rolante do tempo*”, descreve a fartura idílica da vida em Bello Monte.

---

<sup>133</sup> - Villa. 1995.

<sup>134</sup> -Especialmente nas páginas 63/65.

<sup>135</sup> - Thompson, E.P. - Página 13.

<sup>136</sup> - Macedo, Nertam –Memorial de Vilanova. Pág 39.

<sup>137</sup> - Williams. 1990.

O fato é que estes estudos sobre vida material em Bello Monte estão a merecer um aprofundamento a exemplo do que intentou Angelina Garcez<sup>138</sup>, construindo o que chamou de “*modo de produção camponesa*”, numa tentativa que se não dá conta plenamente da explicação do modo de vida, cultura e produção, pelo menos, oferece algumas contribuições nesta área.

Uma rara e cara oportunidade desperdiçada, não só pelos amplos recursos despendidos como pela extensa bibliografia utilizada, foi o trabalho de Levine<sup>139</sup>, que perdeu-se nas limitações de uma historiografia restrita às fontes e enfoques tradicionais, aliadas ao preconceito contra aos depoimentos orais e relatos mesmo quando registrados por escrito dos sobreviventes do lado belomontense.

Uma interessante contribuição sobre essa problemática nos vem em artigo assinado pelo agrônomo Gumercindo<sup>140</sup> na “REVISTA CANUDOS”, do Centro de Estudos Euclides da Cunha, onde foi parar em função de uma dessas “políticas” da administração pública, e que nos oferece um levantamento sobre alguns aspectos do fazer-se belomontense, principalmente no que se refere aos períodos de estiagem que aponta para 1901, como o do ano do flagelo posterior à guerra na região de Bello Monte, o que corrobora com a hipótese do nosso “filósofo” Mico de Serrinha.

Por este levantamento o que se evidencia é que, efetivamente, o período de permanência do Conselheiro nesta região foi uma época em que não havendo secas, nem estiagens prolongadas, foi possível observar-se a “fartura” conforme os padrões alimentares desta região ou a idílica “Idade de Ouro” dos registros dos belomontenses, em geral, e de Honório Vilanova, em especial.

Cabe aqui também o registro de que Gumercindo, em nossas conversas informais de colegas de trabalho, tem revelado que conhece, e fala muito mais, do que consta no seu artigo, tanto no que se refere a sua especialidade de agrônomo que o permite calcular com extrema facilidade as áreas aproveitáveis nas margens do Vaza-Barris para uma agricultura de várzeas, bem como conhece os relatos feitos pela II Coluna, também conhecida por Expedição Savaget, onde se encontra a descrição das fontes produtoras de alimentos encontrados no caminho de Bello Monte.

Fica aqui, inclusive o desafio para que em publicação posterior o companheiro de CEEC/UNEB nos apresente mais detalhadamente, como faz nos nossos debates extensionistas, os cálculos de produtividade, áreas agricultáveis e outros exercícios inumeráveis que permanece elucubrando e que nos permitiriam vislumbrar melhor as possibilidades de sobrevivência e florescimento daquela cidadela, dados estes dos quais o seu texto se ressentir e nós, que pretendemos ir além das meras especulações sobre algumas pequenas questões sobre o povo do Bello Monte, carecemos mais ainda.

Finalmente neste pequeno inventário, que pretende ser o início de uma reflexão e coleta de nossas preocupações sobre a vida material dos belomontenses, devemos registrar o trabalho que Dionísio Nóbrega vem fazendo, na região e nos textos disponíveis para pesquisa, sobre alternativas nativas de alimentação que permitiria aquela população construir aquele aglomerado e resistir ao cerco que se estabeleceu sobre a sua cidadela.

---

<sup>138</sup> - Garcez . 1977.

<sup>139</sup> - Levine, 1995. Págs. 28/9.

<sup>140</sup> - Martins, 1996.

Assim, acreditamos que estes pequenos e novos fragmentos do fazer-se belomontense nos permitirá , pouco a pouco, construir um mosaico que nos apresente cada vez mais proximamente o que teria sido o cotidiano do fazer-se belomontense.

#### BIBLIOGRAFIA:

---

CALASANS, José. \_(apres.). *Relatório apresentado pelo Revd<sup>mo</sup>. Frei João Evangelista do Monte Marciano ao Arcebispado da Bahia sobre Antônio conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos - 1895*. Salvador: Ufba, 1987. (Publicações da UFBA, n.º130) (Ed. Fac-similada).

CUNHA, Euclides da - *Caderneta de Campo*. 1ª Edição. São Paulo. Cultrix. 1975.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim – *Aspectos Econômicos do Episódio de Canudos* – Centro de Estudos da Bahia – Universidade Federal da Bahia - 1977. n. 81.

LEVINE, Robert M. – *O Sertão Prometido: O Massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro. 1893*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 1995.

MACEDO, Nertan - *Memorial de Vilanova*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1983.

MARTINS, Gumercindo – *Canudos: Juntando Cacos*. In REVISTA CANUDOS. ANO I. N.1.Dez/1996.CEEC/UNEB.

MASCARENHAS, M<sup>a</sup>. Lúcia. F.- *Rio de Sangue: Ribanceiras de Corpos*. Salvador: Ufba 1995. (mimeo).

- “TÔDA NAÇÃO EM CANUDOS”-1893-1897. In REVISTA CANUDOS.Vol.II. n.2. Out./1997. CEEC/UNEB.

VILLA, Marco Antônio- . *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.